



José Gabriel Ávila*

O erro persistente das centralidades

“A História Açoriana, na sua vertente sócio-económica, relata crises económicas várias que desembocaram, normalmente, em fluxos migratórios para o Brasil, Alentejo, América do Norte, Venezuela, Canadá, Bermuda, Angola e, mais recentemente, para a Europa.”

Já nas “ilhas de baixo”, como se dizia no tempo dos iates (Terra Alta, Santo Amaro, Espírito Santo e Ribeirense) e dos “carvalhinhos” (Cedros e Arnel), o meu horizonte é outro.

Na “Ponta da Ilha” que no Pico significa o extremo leste, o meu horizonte visual é a Ilha de São Jorge e, dias-a-dias, a Ilha Terceira.

Já uma vez o referi que Angra, noutros tempos que não os meus, era considerada a “cidade” para as gentes daqui. Era lá que se cumpria o serviço militar ou se ia para o castelo (Castelo de São João Batista, no Monte Brasil) e era lá que muitos alunos de famílias mais abastadas iam continuar os estudos liceais. Em Angra, sede da Diocese, ficava também o Seminário, que recebia rapazes de todas as ilhas. Importante é salientar o papel desempenhado pela presença do Destacamento Americano na Base das Lajes no recrutamento de mão de obra para os diversos serviços ali existentes. Muitos picoenses optaram por deixar a sua ilha e empregar-se “na base”, ou “nos americanos” e por lá se fixaram, sem esquecer nunca a Ilha-mãe que lhes deu o ser.

Passados cinquenta anos, diminuiu, consideravelmente, a atividade dos norte-americanos na Base das Lajes e a oferta de emprego.

O processo político regional alterou-se: extinguiu-se os ex-distritos e a realidade Ilha passou a ter uma dimensão sócio-económica diferente, na base do preceito autónómico do **desenvolvimento harmónico**.

Nem tudo se conseguiu com este desígnio que as populações das várias ilhas, nomeadamente das “mais pequenas”, de bom grado aceitaram.

A Autonomia político administrativa é um processo democrático em aberto, com avanços e recuos. Pelas mais diversas razões, endógenas e exógenas, o crescimento económico encontra anti-corpos, desvirtuações que, se não analisadas no conjunto, podem contribuir para o surgimento de posições antagónicas.

É contra isto que políticos, governantes e responsáveis institucionais devem estar atentos, para não se cavar mais o fosso sócio-económico em que vivem algumas ilhas, fruto, sobretudo, do envelhecimento demográfico e de outras ancestrais condicionantes provocadas pelas centralidades e incapacidade das suas periferias.

A História Açoriana, na sua vertente sócio-económica, relata crises económicas várias que desembocaram, normalmente, em fluxos migratórios para o Brasil, Alentejo, América do Norte, Venezuela, Canadá, Bermuda, Angola e, mais recentemente, para a Europa.

Foi para esses destinos que, ao longo de cinco séculos, os açorianos foram em busca de “um novo céu e de uma nova terra”.

Deixamos atrás a pouca terra madrastra, mas levámos conosco o espírito açoriano que sempre nos animou.

Mesmo quando a luta dos açorianos só contempla o universo da ilha-mãe, é prova de que há uma visão distorcida, parcelar do arquipélago.

Porque “ao todo somos nove”, importa que pensemos primeiro no todo e na sua complementaridade e só depois, na realidade ilha e no seu pequeno mundo.

Desde há algum tempo, vimos assistindo a discursos de responsáveis políticos reivindicando mais investimentos aqui e ali, de forma a aumentar o contributo dessa centralidade num determinado conjunto de ilhas.

O tema não é novo. Tem a ver com a gestão política dos transportes marítimos de carga entre o continente e os Açores, envolve interesses de armadores e distribuidores os quais dificilmente se compatibilizam

com as necessidades das populações das ilhas mais pequenas. O que cada ilha quer não é estar dependente desta ou daquela, mas estar dotada dos mínimos satisfatórios para viver e poder caminhar por si, em complementaridade com as outras. Foi assim desde o início da Autonomia.

Compete ao poder político gerir esses interesses locais, sem nunca perder a visão do interesse geral, definindo as linhas programáticas para o desenvolvimento do todo, distanciando-se de posições, que embora legítimas, impedem o desenvolvimento harmónico do arquipélago.

A unidade insular é um desígnio autónómico que não se compadece com bairrismos interesseiros e paroquismos serôdios.

A solidariedade e a complementaridade insulares são valores que durante meio século de Autonomia apresentaram resultados muito expressivos, sobretudo quando no arquipélago se registaram situações de calamidade.

Não permitamos que o crescimento da economia e a ânsia do lucro atrofiem os valores do humanismo e da açorianidade que nos distinguem.

A economia pura e dura é uma pecha que pode destruir um projeto em que os açorianos acreditaram, porque integrava a realidade-ilha e o bem-estar dos seus habitantes num arquipélago de sonho e num mar de venturas.

É nesse pequeno mundo de bem-estar e de equidade por que continuo a lutar.

